

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.464 - RS (2019/0105215-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : CONDOMINIO CENTRO PROFISSIONAL BISPO PITHAN
ADVOGADO : RAQUEL FRACARO - RS046265
AGRAVADO : HANTER SERVICOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA
ADVOGADO : JOÃO MÁRIO BERGESCH E OUTRO(S) - RS051475

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** APELO NOBRE QUE NÃO INDICA A ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL EM QUE SE BASEIA A IRRESIGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

HANTER SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA. (HANTER SERVIÇOS) ajuizou ação de exigir contas contra CONDOMÍNIO CENTRO PROFISSIONAL BISPO PITHAN (CONDOMÍNIO), tendo as contas prestadas sido julgadas parcialmente boas.

A apelação interposta por HANTER foi provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. PRIMEIRA FASE. DIREITO RECONHECIDO. ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO PARCIAL NÃO COMPROVADA. ART. 320 DO CCB. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. ÔNUS SUCUMBENCIAIS — REDISTRIBUÍDOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

Art. 320, do CCB. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante.

Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida. Caso. Não estando presentes os elementos bem como qualquer outro indício que sugira a quitação daquela parcela, não há como se reconhecer, de forma segura, que ocorreu o pagamento do valor indicado pela ré, devendo o mesmo ser incluído no montante das contas prestadas.

Ônus sucumbenciais. Tendo sido reconhecido o direito da autora de exigir as contas da ré, e tendo havido parcial resistência à pretensão impõe-se a condenação da demandada ao pagamento dos

ônus sucumbenciais pela aplicação do princípio da causalidade.

DERAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (e-STJ fls. 122)

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados. (e-STJ fls. 152)

Inconformado, CONDOMÍNIO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, da CF, alegando violação do art. 320, parágrafo único, do NCPC, ao sustentar que comprovou que já efetuou o pagamento do valor em questão.

O apelo nobre não foi admitido em virtude (i) da incidência da Súmula 284 do STF, por não ter sido indicada a alínea em que fundamenta o especial; e (ii) da incidência da Súmula 7 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, CONDOMÍNIO sustentou que (a) a ausência de indicação da alínea, nas razões recursais, se trata de erro material; e (b) não se trata de reexame de provas.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 206/207).

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irrisignação não merece prosperar.

Da alínea do dispositivo constitucional

O recurso especial não merece ser conhecido, tendo em vista que o recorrente, na petição de encaminhamento do apelo nobre, não indicou o permissivo constitucional que o autorizaria, circunstância que impede o seu conhecimento, incidindo na espécie a Súmula nº 284 do STF, por analogia.

Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE VALORES E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PERMISSIVO CONSTITUCIONAL NÃO INDICADO NO RECUSO ESPECIAL. INADMISSÍVEL. SÚMULA 284/STF. PRECEDENTES. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema. Precedentes desta Corte.

2. Agravo interno desprovido, com majoração de honorários.

(AgInt no REsp 1.538.566/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. em 21/3/2017, DJe 28/3/2017 – sem destaques no original)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ.

1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes.

[...]

(AgRg no AREsp 647.464/PR, Relator o Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe 23/3/2015 – sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de **CONDOMÍNIO**, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

